



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico-Administrativo em Educação

Edital nº 192/2015

Data: 29 de novembro de 2015.

Duração: das 9:00 às 13:00 horas.

## Contador

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

Prezado(a) Candidato(a),

Para assegurar a tranquilidade no ambiente de prova, bem como a eficiência da fiscalização e a segurança no processo de avaliação, lembramos a indispensável obediência aos itens do Edital e aos que seguem:

01. Deixe sobre a carteira **APENAS caneta transparente e documento de identidade**. Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira em saco entregue para tal fim. Os **celulares devem ser desligados** antes de guardados. O candidato que for apanhado portando celular será automaticamente eliminado do certame.
02. Anote o seu número de inscrição e o número da sala, na capa deste Caderno de Questões.
03. Antes de iniciar a resolução das 50 (cinquenta) questões, verifique se o Caderno está completo. Qualquer reclamação de defeito no Caderno deverá ser feita nos primeiros 30 (trinta) minutos após o início da prova.
04. Ao receber a Folha-Resposta, confira os dados do cabeçalho. Havendo necessidade de correção de algum dado, chame o fiscal. Não use corretivo nem rasure a Folha-Resposta.
05. A prova tem duração de **4 (quatro) horas** e o tempo mínimo de permanência em sala de prova é de **1 (uma) hora**.
06. É terminantemente proibida a cópia do gabarito.
07. A Folha-Resposta do candidato será disponibilizada conforme subitem 12.7 do Edital.
08. Ao terminar a prova, não esqueça de assinar a Ata de Aplicação e a Folha-Resposta no campo destinado à assinatura e de entregar o Caderno de Questões e a Folha-Resposta ao fiscal de sala.

Atenção! Os dois últimos participantes só poderão deixar a sala simultaneamente e após a assinatura da Ata de Aplicação.

Boa prova!

Coloque, de imediato, o seu número de inscrição e o número de sua sala nos retângulos abaixo.

Inscrição

Sala

**“E agora, José?”**

01 Há versos célebres que se transmitem através das idades do homem, como roteiros, bandeiras,  
02 cartas de marear, sinais de trânsito, bússolas – ou segredos. Este, que veio ao mundo muito depois  
03 de mim, pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, acompanha-me desde que nasci, por um  
04 desses misteriosos acasos que fazem do que viveu já, do que vive e do que ainda não vive, um  
05 mesmo nó apertado e vertiginoso de tempo sem medida. Considero privilégio meu dispor deste  
06 verso, porque me chamo José e muitas vezes na vida me tenho interrogado: “E agora?” Foram  
07 aquelas horas em que o mundo escureceu, em que o desânimo se fez muralha, fosso de víboras, em  
08 que as mãos ficaram vazias e atônitas. “E agora, José?” Grande, porém, é o poder da poesia para  
09 que aconteça, como juro que acontece, que esta pergunta simples aja como um tônico, um golpe de  
10 espora, e não seja, como poderia ser, tentação, o começo da interminável ladainha que é a piedade  
11 por nós próprios.

12 Em todo o caso, há situações de tal modo absurdas (ou que o pareceriam vinte e quatro horas  
13 antes), que não se pode censurar a ninguém um instante de desconforto total, um segundo em que  
14 tudo dentro de nós pede socorro, ainda que saibamos que logo a seguir a mola pisada, violentada, se  
15 vai distender vibrante e verticalmente armar. Nesse momento veloz tocara-se o fundo do poço.

16 Mas outros Josés andam pelo mundo, não o esqueçamos nunca. A eles também sucedem  
17 casos, desencontros, acidentes, agressões, de que saem às vezes vencedores, às vezes vencidos.  
18 Alguns não têm nada nem ninguém a seu favor, e esses são, afinal, os que tornam insignificantes e  
19 fúteis as nossas penas. A esses, que chegaram ao limite das forças, acuados a um canto pela matilha,  
20 sem coragem para o último ainda que mortal arranco, é que a pergunta de Carlos Drummond de  
21 Andrade deve ser feita, como um derradeiro apelo ao orgulho de ser homem: “E agora, José?”

22 Precisamente um desses casos me mostra que já falei demasiado de mim. Um outro José está  
23 diante da mesa onde escrevo. Não tem rosto, é um vulto apenas, uma superfície que treme como  
24 uma dor contínua. Sei que se chama José Júnior, sem mais riqueza de apelidos e genealogias, e vive  
25 em São Jorge da Beira. É novo, embriaga-se, e tratam-no como se fosse uma espécie de bobo.  
26 Divertem-se à sua custa alguns adultos, e as crianças fazem-lhe assuadas, talvez o apedrejem de  
27 longe. E se isto não fizeram, empurraram-no com aquela súbita crueldade das crianças, ao mesmo  
28 tempo feroz e covarde, e o José Júnior, perdido de bêbedo, caiu e partiu uma perna, ou talvez não, e  
29 foi para o hospital. Mísero corpo, alma pobre, orgulho ausente – “E agora, José?”

30 Afasto para o lado os meus próprios pesares e raivas diante deste quadro desolado de uma  
31 degradação, do gozo infinito que é para os homens esmagarem outros homens, afogá-los  
32 deliberadamente, aviltá-los, fazer deles objeto de troça, de irrisão, de chacota – matando sem matar,  
33 sob a asa da lei ou perante a sua indiferença. Tudo isto porque o pobre José Júnior é um José Júnior  
34 pobre. Tivesse ele bens avultados na terra, conta forte no banco, automóvel à porta – e todos os  
35 vícios lhe seriam perdoados. Mas assim, pobre, fraco e bêbedo, que grande fortuna para São Jorge  
36 da Beira. Nem todas as terras de Portugal se podem gabar de dispor de um alvo humano para darem  
37 livre expansão a ferocidades ocultas. [...]

SARAMAGO, José. In: \_\_\_\_\_. *A bagagem do viajante*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 33-34. Texto adaptado para atender às prescrições do Acordo Ortográfico em vigor a partir de 2009.

Com base no **texto**, responda às questões **01** a **10**.

01. O texto “E agora, José?” foi publicado numa coletânea de crônicas escritas por José Saramago. Considerando o público-alvo do texto – leitores da coletânea ou do jornal onde a crônica foi originalmente publicada, é correto inferir que um dos efeitos consequentes à leitura do texto é:
- A) o reconhecimento de um semelhante na pessoa de José Júnior.
  - B) o entendimento dos efeitos paliativamente benéficos do álcool.
  - C) a valorização dos dramas experimentados pelos Josés da elite burguesa.
  - D) a reflexão sobre a injustiça decorrente da desigualdade socioeconômica.
  - E) a crítica ao uso da violência como recurso para a manutenção de privilégios.

02. Para o enunciador, o verso do poema de Carlos Drummond de Andrade:

- A) beira a incompreensão.
- B) instala o conflito irresolvível.
- C) trata o passado como remorso.
- D) torna-se verdadeiro na idade adulta.
- E) atua na superação do sofrimento.

03. As relações adversativas manifestam uma oposição entre duas ideias. Com base nisso, considere o esquema a seguir.

Ideia I ⇒ “porém” (linha 08) ⇒ Ideia II.  
Ideia III ⇒ “Em todo o caso” (linha 12) ⇒ Ideia IV.  
Ideia V ⇒ “Mas” (linha 16) ⇒ Ideia VI.

A assertiva “Muitas vezes, sentimo-nos completamente perdidos” equivale, no esquema:

- A) apenas às ideias I e III.
- B) apenas às ideias II e VI.
- C) apenas às ideias IV e V.
- D) às ideias I, IV e V.
- E) às ideias II, III e VI.

04. O uso do vocábulo “talvez” nos excertos “talvez o apedrejem de longe” (linhas 26-27) e “ou talvez não” (linha 28) indica que o enunciador:

- A) ainda está delineando a caracterização da cena que acabou de criar.
- B) realizou uma coleta de informações incompletas sobre o fato narrado.
- C) realça a sensação de incerteza das crianças que maltratam José Júnior.
- D) enfatiza que as ações mencionadas são verossímeis ainda que improváveis.
- E) considera que as ações mencionadas ocupam papel secundário na cena narrada.

05. Considerando as relações de coesão e coerência estabelecidas pelo texto, é correto afirmar que, no plano conotativo, “homens” (linha 31, antes de “esmagarem”) equivale a:

- A) “outros Josés” (linha 16) e “homem” (linha 21).
- B) “Alguns” (linha 18) e “genealogias” (linha 24).
- C) “matilha” (linha 19) e “terras de Portugal” (linha 36).
- D) “objeto de troça” (linha 32) e “bens avultados” (linha 34).
- E) “a asa da lei” (linha 33) e “um alvo humano” (linha 36).

06. Os pronomes sublinhados em “que o pareceriam vinte e quatro horas antes” (linhas 12-13) e “não o esqueçamos nunca” (linha 16) retomam, respectivamente:

- A) uma oração e uma oração.
- B) um adjetivo e uma oração.
- C) um adjetivo e um pronome.
- D) uma oração e um substantivo.
- E) um advérbio e um substantivo.

07. O enunciador utiliza a expressão “é que” (linha 20) para reforçar que, no parágrafo em análise, há uma:

- A) causa.
- B) dúvida.
- C) correção.
- D) alternativa.
- E) consequência.

08. A forma verbal “Tivesse” (linha 34), para que se mantenham a classificação da oração subordinada adverbial de que faz parte e o sentido original do enunciado em que se encontra, pode ser substituída por:
- A) Tido.
  - B) Teria.
  - C) Tiver.
  - D) Tinha.
  - E) Tendo.
09. O sentido de “Este, que veio ao mundo muito depois de mim, pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, acompanha-me desde que nasci” (linhas 02-03) permanece inalterado em:
- A) Este, pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, que veio ao mundo muito depois de mim, desde que nasci me acompanha.
  - B) Desde que nasci, este, que, pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, veio ao mundo muito depois de mim, acompanha-me.
  - C) Pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, este, que veio ao mundo muito depois de mim, acompanha-me desde que nasci.
  - D) Desde que nasci pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, este, que veio ao mundo muito depois de mim, acompanha-me.
  - E) Este, muito depois de mim, que veio ao mundo pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, acompanha-me desde que nasci.
10. Assinale a alternativa em que o vocábulo “um” é classificado corretamente como numeral.
- A) “um segundo” (linha 13).
  - B) “um canto” (linha 19).
  - C) “um vulto” (linha 23).
  - D) “um José Júnior pobre” (linhas 33-34).
  - E) “um alvo humano” (linha 36).

11. Assinale a alternativa que apresenta o Princípio de Contabilidade que determina a ponderação entre a integridade e a tempestividade na divulgação da informação contábil.
- A) Prudência.
  - B) Competência.
  - C) Oportunidade.
  - D) Continuidade.
  - E) Registro pelo valor original.
12. “Os ativos são mantidos pelos valores de em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade”. Este conceito corresponde a qual variação do Custo histórico?
- A) Valor justo.
  - B) Custo corrente.
  - C) Valor presente.
  - D) Valor realizável.
  - E) Atualização monetária.
13. A configuração patrimonial concebida como Passivo a descoberto corresponde a:
- A) Passivo negativo.
  - B) Ativo igual ao Passivo.
  - C) Patrimônio Líquido negativo.
  - D) Patrimônio Líquido igual a Ativo.
  - E) Passivo igual a Patrimônio Líquido.
14. A demonstração contábil tratada na NBC T 19.27 e CPC 26 que não está contemplada na legislação societária é a:
- A) Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.
  - B) Demonstração do Valor Adicionado – DVA.
  - C) Demonstração do Resultado Abrangente – DRA.
  - D) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA.
  - E) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.
15. Segundo o CPC 00 o aspecto da representação adequada que assegura a confiabilidade da informação contábil é: (D)
- A) Prudência.
  - B) Relevância.
  - C) Integridade.
  - D) Neutralidade.
  - E) Primazia da essência sobre a forma.
16. “Ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade”. Esta definição corresponde a:
- A) Ativo Corrente.
  - B) Ativo Intangível.
  - C) Ativo Contingente.
  - D) Ativo Imobilizado.
  - E) Ativo Realizável a longo prazo.

17. Assinale a alternativa que apresenta as informações que podem ser obtidas a partir do Subsistema de Informações Patrimoniais, conforme as NBCASP.
- A) Resultado Nominal.
  - B) Alterações potenciais ativas.
  - C) Bom uso de recursos públicos.
  - D) Programação e execução orçamentária.
  - E) Acordos, garantias e responsabilidades.
18. Assinale a alternativa que contém a definição da transação no Setor Público classificada como econômico-financeira, segundo a NBC T 16.4.
- A) Corresponde às transações originadas de atos que não afetam o patrimônio público, em decorrência ou não, da execução do orçamento, podendo provocar alterações qualitativas e quantitativas, efetivas.
  - B) Corresponde às transações originadas de fatos que afetam o patrimônio público, em decorrência ou não, da execução do orçamento, podendo provocar alterações exclusivamente qualitativas ou potenciais.
  - C) Corresponde às transações originadas de fatos que afetam o patrimônio público, em decorrência ou não, da execução do orçamento, podendo provocar alterações exclusivamente quantitativas, efetivas ou potenciais.
  - D) Corresponde às transações originadas de atos que não afetam o patrimônio público, em decorrência ou não, da execução do orçamento, podendo provocar alterações qualitativas e quantitativas, efetivas ou potenciais.
  - E) Corresponde às transações originadas de fatos que afetam o patrimônio público, em decorrência ou não, da execução do orçamento, podendo provocar alterações qualitativas e quantitativas, efetivas ou potenciais.
19. A reavaliação de ativos segundo a NBC T 16.10 deve utilizar o seguinte parâmetro para o respectivo cálculo:
- A) Valor justo.
  - B) Valor original.
  - C) Valor presente.
  - D) Valor realizável.
  - E) Valor atualizado monetariamente.
20. Assinale a alternativa em que todas as pessoas mencionadas estão classificadas como Entidades do Setor Público, consoante a NBC T 16.1.
- A) Órgãos, fundos, todas as pessoas físicas.
  - B) Órgãos, fundos, todas as pessoas de direito privado.
  - C) Órgãos, fundos, pessoas de direito privado que operem com recursos públicos.
  - D) Órgãos, fundos, pessoas físicas mesmo as que não operem com recursos públicos.
  - E) Órgãos, fundos, pessoas de direito privado mesmo as que não operem com recursos públicos.
21. Assinale a alternativa em que todas as demonstrações contábeis mencionadas estão no campo da Contabilidade aplicada ao Setor Público, segundo a NBC T 16.6 (R1).
- A) Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Social.
  - B) Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa.
  - C) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Notas explicativas.
  - D) Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Valor Adicionado.
  - E) Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado Abrangente.
22. Qual o atributo da informação de custos que corresponde à seguinte definição: “deve proporcionar maior transparência e evidenciação do uso dos recursos públicos”, segundo a NBC T 16.11?
- A) Utilidade.
  - B) Valor Social.
  - C) Oportunidade.
  - D) Fidedignidade.
  - E) Granularidade.

23. Compõem a lei orçamentária anual:
- A) Orçamento Fiscal, Orçamento de Investimentos das empresas, Orçamento da Seguridade Social.
  - B) Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento de Investimentos das empresas, Orçamento Fiscal.
  - C) Orçamento Financeiro, Lei de Orçamento, Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - D) Plano Plurianual, Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social.
  - E) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Fiscal.
24. O princípio orçamentário que estabelece que as diferentes propostas orçamentárias das instituições públicas devem ter o mesmo direcionamento quanto ao conteúdo, metodologia e expressão, é:
- A) Unidade.
  - B) Anualidade.
  - C) Similaridade.
  - D) Exclusividade.
  - E) Universalidade.
25. Patrimônio Público, segundo a NBC T 16.2, é o:
- A) Conjunto de direitos e bens intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, distribuídos pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios presente ou futuro, diferente da prestação de serviços públicos ou da exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
  - B) Conjunto de direitos e bens tangíveis ou intangíveis, não onerados, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
  - C) Conjunto de direitos e bens tangíveis ou intangíveis, onerados, adquiridos, formados, não produzidos, mas recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
  - D) Conjunto de direitos e bens tangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
  - E) Conjunto de direitos e bens tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
26. O aluguel de máquinas e equipamentos requer a aplicação de qual modalidade de empenho?
- A) Subempenho.
  - B) Empenho global.
  - C) Empenho proporcional.
  - D) Empenho por estimativa.
  - E) Empenho ordinário ou normal.
27. Sobre as transferências intragovernamentais enquadradas no código 4 do PCASP, assinale a alternativa correta.
- A) Compreende as variações patrimoniais aumentativas provenientes de operações financeiras.
  - B) Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes das transferências das instituições multigovernamentais, das quais o ente transferidor não participe.
  - C) Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes das transferências da União, Estados, Municípios, inclusive as entidades vinculadas, de bens e valores.
  - D) Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes das transferências financeiras para execução orçamentária, doações de bens móveis e transferências de bens e valores.
  - E) Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de transferências de organismos e fundos internacionais, de governos estrangeiros e instituições privadas com ou sem fins lucrativos no exterior.

28. Na contratação de Serviços, o registro do contrato enseja o seguinte lançamento contábil:
- A) D - 6.2.2.1.x.xx.xx Crédito orçamentário disponível  
C - 8.1.2.4.x.xx.xx Crédito empenhado a liquidar
  - B) D - 7.1.2.4.x.xx.xx Contratos de Serviços  
C - 6.2.2.1.x.xx.xx Crédito empenhado a liquidar
  - C) D - 7.1.2.4.x.xx.xx Contratos de Serviços  
C - 8.1.2.4.x.xx.xx Obrigações contratadas a executar
  - D) D - 7.1.2.3.x.xx.xx Obrigações de Convênios  
C - 8.1.2.3.x.xx.xx Obrigações contratadas a executar
  - E) D - 8.1.2.4.x.xx.xx Obrigações em Circulação  
C - 8.1.2.4.x.xx.xx Obrigações contratadas executadas
29. No Balanço Financeiro não são demonstrados saldos de contas. As exceções são:
- A) Restos a pagar inscrito e Restos a pagar pago.
  - B) Receita Patrimonial e Despesa Extra-orçamentária.
  - C) Receita Extra-orçamentária e Despesa Extra-orçamentária.
  - D) Receita Extra-orçamentária e Disponibilidades do exercício anterior.
  - E) Disponibilidades do exercício anterior e Disponibilidades do exercício seguinte.
30. Para atender o artigo 105 da lei 4.320/64, o Balanço Patrimonial deverá segregar os ativos e passivos por um atributo específico. Assinale a alternativa correta quanto a esta classificação.
- A) Ativos e Passivos Circulantes, Ativos e Passivos Permanentes.
  - B) Ativos e Passivos Financeiros, Ativos e Passivos Permanentes.
  - C) Ativos e Passivos Operacionais, Ativos e Passivos Financeiros.
  - D) Ativos e Passivos Circulantes, Ativos e Passivos Não Circulantes.
  - E) Ativos e Passivos Não Circulantes, Ativos e Passivos Permanentes.
31. A Lei Complementar 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece como instrumento de transparência da gestão fiscal, dentre outros:
- A) A obrigatoriedade dos processos licitatórios em todos os níveis de governo.
  - B) As auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas de governo.
  - C) A elaboração de Demonstrações Contábeis segundo as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
  - D) O incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante o planejamento governamental.
  - E) A realização de Prestação de Contas e a Tomada de Contas de pessoas físicas e jurídicas que lidem com recursos públicos.
32. O Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) da Secretaria de Orçamento Federal é composto por diferentes sistemas, os quais possibilitam o cumprimento da missão deste órgão. Assinale a alternativa que apresenta a finalidade de um desses sistemas, o SIOPS.
- A) Direcionado ao gerenciamento de despesas administrativas dos Órgãos Públicos Federais.
  - B) Consolidar dados do Orçamento Geral da União, visando dar maior transparência às contas públicas.
  - C) Objetiva oferecer informações qualitativas sobre as ações programadas no orçamento de cada exercício.
  - D) Disponibilizar instruções técnicas e orçamentárias referentes ao processo de elaboração da Proposta Orçamentária da União das Esferas Fiscal e da Seguridade Social.
  - E) Dar suporte ao processo de planejamento e orçamento do Governo Federal pelo acesso aos usuários dos diversos órgãos para registro de suas operações e realização de consultas *online*.



33. Compreende o “Restos a pagar”, excluídos os serviços da dívida, os serviços da dívida a pagar; os depósitos e os débitos de tesouraria.
- A) Dívida Flutuante Pública.
  - B) Dívida Fundada Pública.
  - C) Dívida Pública Externa.
  - D) Dívida Pública.
  - E) Dívida Ativa.
34. Assinale a alternativa que contém o meio pelo qual são criados os créditos adicionais especiais.
- A) Portaria.
  - B) Decreto.
  - C) Projeto de lei.
  - D) Medida provisória.
  - E) Emenda constitucional.
35. O decreto 93.872/86 que dispõe sobre a unificação da conta de caixa do Tesouro Nacional, estabelece:
- A) As unidades sediadas fora do País poderão manter contas correntes bancárias no exterior.
  - B) O quadro de detalhamento da despesa de cada unidade não poderá, sob hipótese alguma, ser alterado durante o exercício.
  - C) As despesas relativas a contratos, convênios ou ajustes de vigência plurianual deverão ser empenhadas no primeiro exercício financeiro destes.
  - D) A unidade orçamentária não poderá partilhar seu limite financeiro entre unidades administrativas gestoras, ainda que seja conveniente e necessário.
  - E) O ordenador de despesa, ainda que não seja conivente, é responsável por prejuízos causados por agente subordinado que exorbitar das ordens recebidas.
36. A Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites percentuais para a despesa total com pessoal. Assinale a alternativa que apresenta uma das rubricas que não serão computadas na verificação desses limites:
- A) Salário-Família.
  - B) Auxílio-alimentação.
  - C) Adicional de periculosidade.
  - D) Afastamentos por licença saúde.
  - E) Indenização por demissão de servidores ou empregados.
37. Assinale a alternativa que apresenta a instância de controle que obteve menos destaque no que diz respeito às decisões sobre recursos públicos estatais no Brasil e cuja atuação está limitada por pouca matéria constitucionalmente legislada.
- A) Controle Fiscal.
  - B) Controle Social.
  - C) Controle Interno.
  - D) Controle Externo.
  - E) Controle Orçamentário.
38. Órgão responsável pela emissão do parecer prévio sobre as contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, Presidentes do Legislativo e Judiciário e Chefe do Ministério Público.
- A) Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)
  - B) Tribunal de Contas da União (TCU)
  - C) Controladoria Geral da União (CGU)
  - D) Advocacia Geral da União (AGU)
  - E) Supremo Tribunal Federal (STF)
39. São atividades inerentes ao Controle Interno:
- A) Auditoria e Assessoria.
  - B) Auditoria e Fiscalização.
  - C) Fiscalização e Assessoria.
  - D) Auditoria e Controladoria.
  - E) Controladoria e Fiscalização.

40. Assinale a alternativa que apresenta a função da Controladoria Geral da União na estrutura de Controle Interno.
- A) Auditoria e Corregedoria.
  - B) Planejamento e Execução.
  - C) Julgamento e Penalização.
  - D) Fiscalização e Consultoria.
  - E) Normatização e Supervisão.
41. A exigência da elaboração do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) é exigência de qual dispositivo legal?
- A) Lei Complementar 101/2000
  - B) Decreto 93.872/86
  - C) Lei 4.320/64
  - D) Lei 8.666/93
  - E) DL 200/67
42. Assinale a alternativa que apresenta os cinco subsistemas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).
- A) Manual do Sistema, Acesso de Usuários, Execução Orçamentária e Financeira, Relatórios, Glossário.
  - B) Glossário, Organização de Tabelas, Manual do Sistema, Execução Orçamentária e Financeira, Auditoria.
  - C) Administração do Sistema, Controle de Haveres e Obrigações, Execução Orçamentária e Financeira, Acesso de Usuários, Contabilidade.
  - D) Execução Orçamentária e Financeira, Recursos complementares com aplicação específica, Contabilidade, Auditoria, Manual do Sistema.
  - E) Controle de Haveres e Obrigações, Administração do Sistema, Execução Orçamentária e Financeira, Organização de Tabelas, Recursos complementares com aplicação específica.
43. Sobre o processo licitatório, assinale a alternativa correta consoante a Lei 8.666/93:
- A) Dos atos da Administração decorrentes desta Lei, cabe recurso, no prazo de sete dias úteis a contar da publicação do edital.
  - B) A administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços não poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital ou patrimônio líquido mínimo.
  - C) Ao processo administrativo correspondente ao procedimento de licitação deverá ser juntado o comprovante das publicações do edital resumido na forma do artigo 21 ou da entrega do convite.
  - D) A concorrência é a modalidade de licitação cabível apenas na compra ou alienação de bens imóveis, exceto nas licitações internacionais, admitindo-se neste caso, observados os limites legais, a tomada de preços.
  - E) Subordinam-se a esta Lei os órgãos da administração direta, as fundações privadas, autarquias as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as cooperativas.
44. Assinale a alternativa que corresponde a esta definição: “Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos no edital para execução de seu objeto”.
- A) Pregão.
  - B) Convite.
  - C) Concurso.
  - D) Concorrência.
  - E) Tomada de preços.
45. Para compras e serviços desde que estes não sejam para obra e serviços de engenharia, cujo valor estimado de contratação seja superior a R\$ 650.000 (seiscentos e cinquenta mil reais), a modalidade de licitação aplicável é:
- A) Leilão.
  - B) Pregão.
  - C) Convite.
  - D) Concorrência.
  - E) Tomada de Preços.

46. Segundo a Lei 10.520/2002, a atribuição do pregoeiro e respectiva equipe de apoio, dentre outras é:
- A) Definição do objeto da licitação; análise de sua aceitabilidade e classificação; habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
  - B) Recebimento das propostas e lances; fixação de prazos para recebimento ; habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
  - C) Recebimento das propostas e lances; análise de sua aceitabilidade e classificação; habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
  - D) Justificação da necessidade de contratação; definição das cláusulas contratuais; habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
  - E) Definição de critérios técnicos para aceitação de propostas; análise de sua aceitabilidade e classificação; habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
47. Assinale a alternativa que apresenta uma das aplicabilidades das exigências da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/11.
- A) Convênios cuja execução não envolva a transferência de recursos entre os partícipes.
  - B) Contratos de gestão celebrados com Organizações Sociais – OS, na forma estabelecida pela Lei 9.637/98.
  - C) Transferências celebradas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, instituído pela MP nº 2178-36/2001.
  - D) Convênios destinados à execução descentralizada de programas federais de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, médica e educacional, ressalvados os convênios em que for prevista a antecipação de recursos.
  - E) Convênios, contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados entre os órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da seguridade Social da União.
48. Em relação ao Regime Diferenciado de Contratação (RDC) estabelecido pela Lei 12.642/11, assinale a alternativa que apresenta uma das diretrizes das licitações e contratos realizados nestes moldes.
- A) Privacidade absoluta na contratação em todos os procedimentos e todas as fases, assim como, os contratos.
  - B) Parcelamento do objeto visando à ampla participação dos licitantes, sem perda de economia de escala.
  - C) Substituir, gradualmente, a aplicação da Lei 8.666/93 nos processos licitatórios e de contratação do Governo Federal.
  - D) Vedar a contratação integrada, exceto se o objeto envolver possibilidade de execução com tecnologia de domínio restrito no mercado.
  - E) Estabelecer o julgamento pelo critério exclusivo do menor preço desde que o projeto executivo seja previamente aprovado pela autoridade competente.
49. Em se tratando de conveniente que integre o Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social, a IN STN 01/97 estabelece que a transferência de recursos entre órgãos da administração indireta para a administração direta se processará mediante:
- A) Repasse.
  - B) Sub-repasse.
  - C) Autorização de saque.
  - D) Ordem de pagamento.
  - E) Ajustes no orçamento.
50. A Lei 12.527/11 estabelece que o órgão ou entidade pública deve, quando requerido por qualquer interessado, conceder acesso imediato à informação disponível. Não sendo possível, referida Lei estabelece prazos para que o órgão ou entidade comunique prazos, locais e meios pelos quais a informação pode ser obtida; justifique a recusa total ou parcial da informação; ou informe que não tem a informação e quando tiver conhecimento, indique a entidade ou órgão que a detém, remetendo o requerimento a estes e dando ciência ao interessado. Assinale a alternativa correta quanto a esses prazos.
- A) Até 10 dias, prorrogáveis por mais 10.
  - B) Até 15 dias, prorrogáveis por mais 10.
  - C) Até 30 dias, prorrogáveis por mais 15.
  - D) Até 20 dias, prorrogáveis por mais 10.
  - E) Até 60 dias, prorrogáveis por mais 15.